

O PATRIMÓNIO E O FUTURO

por

Alexandre Alves Costa*

Todo o território português está humanizado. Ao longo da sua longa história, construiu-se uma paisagem, pedra sobre pedra. Sabemos da serenidade dos nossos processos, na evolução das formas e dos conteúdos, até às rupturas do século.

As novas necessidades da modernidade, foram tão radicalmente interpretadas como sendo diferentes que nos sentimos obrigados a construir o novo e a abandonar ou a destruir o velho. Como se no ponto zero da História nos encontrássemos, desvalorizamos a História e, infelizmente, quando a revalorizamos, escolhemos e mitificamos os momentos que pareceram mais significativos para a reinvenção que se processava.

A leitura dos processos longos que originaram, nos edifícios e nas cidades, sucessivas sedimentações e transformações, e constituíram a nossa estranheza e diferença, está fortemente perturbada.

Daí que os problemas do património despertem nos nossos dias um interesse sem precedentes, afectando decisões políticas e grandes correntes culturais. No entanto, penso que é preciso avaliar cuidadosamente esse interesse porque encerra equívocos de consequências muito funestas para as próprias políticas patrimoniais. Salientarei brevemente algumas questões, entre outras possíveis.

1. AS IDEIAS DE PATRIMÓNIO

As concepções actuais de património estão intrínseca e necessariamente ligadas à Modernidade e são exclusivas da civilização ocidental.

Só uma concepção moderna do tempo introduz a noção da irreversibilidade da mudança. O tempo da Idade Média era um tempo circular e fechado onde nada

* Prof. Catedrático da Fac. de Arquitectura da U. P.

de fundamental podia mudar, tudo podia recomeçar e, portanto, nada estava em risco de desaparecer.

A distância temporal agora assumida, a noção de passado ao qual não se pode regressar e, principalmente, a velocidade impressionante das mudanças históricas associadas à Modernidade, criaram a nostalgia e a necessidade da autenticidade, do enraizamento, de uma paragem para identificação – das culturas, dos povos, dos indivíduos.

Com a Revolução Francesa emergiu também a noção de colectividade nacional e o conceito correlativo de um passado comum, uma herança comum, um património histórico nacional. O romantismo veio confirmar estas mudanças com a celebração da nostalgia.

Pode dizer-se que a nossa noção de património está obrigatoriamente ligada à noção moderna da irreversibilidade da perda. Trata-se de recuperar o que é irrecuperável: o passado. Os monumentos que classificamos, preservamos ou reconstruímos já não são sinais de continuidade (como os templos japoneses constantemente modernizados), mas de descontinuidade.

Neste sentido, é possível que o interesse contemporâneo pelo património esteja associado a uma actitude muito alargada de resistência à mudança e de desconforto perante ela. Muitas vezes o património é o alibi estruturante da incompreensão da cidade moderna nas suas características formais, culturais e vivenciais, pelos meios culturais e políticos.

A questão mais séria que se põe neste contexto é, talvez, a de saber até que ponto o totalitarismo patrimonial não esconde uma utopia da continuidade – da vida, da cidade, da memória – que é paradoxalmente acompanhada pela liquidação quase sistemática da potência evocativa dos restos do passado.

E, de facto, teremos de constatar muito seriamente, que em Portugal há uma situação concreta de destruição sistemática e indiscriminada de tudo o que pode ser considerado património, mesmo como herança transmissível. Os próximos dez anos vão ser decisivos para controlar a destruição massiva que se está a processar. Parece ser necessário somar à classificação, a intervenção arquitectónica e desenvolver a consciência popular patrimonial.

A questão da identidade cultural – e a do património, portanto – é cada vez mais actual. O património assume-se também como um campo de debate político.

2. CRITÉRIOS DE INTERVENÇÃO

É indispensável aprofundar o debate, entre arquitectos e outros actores no processo de transformação, sobre temas relativos aos critérios de intervenção em edifícios ou áreas consideradas de valor patrimonial.

A questão da intervenção em edifícios antigos só se pôs como problema cultural a partir da segunda metade do século XVIII; ou seja, foi rigorosamente contemporânea da noção de património histórico. Todas as hipóteses de intervenção se puseram desde o início: introduzir o novo no velho; não tocar no velho (ideia característica do romantismo); reconstruir o velho de acordo com a arqueologia e a história; recriar o velho.

Nos anos 60, as novas condições de desenvolvimento, a influência do estruturalismo, do brutalismo, as dúvidas sobre a pertinência do conhecimento histórico e sobre a sua cientificidade, o medo da irreversibilidade, criaram um novo conceito de intervenção que se exprimiu na Carta de Veneza: a intervenção nova deve manter-se higiénica e claramente diferente da antiga, deve ajudar a esclarecê-la, deve mostrar-se e mostrá-la. De algum modo, estas intervenções constituem verdadeiros relatórios de escavações construídos que testemunham o abandono da ideia de monumento como um lugar evocativo, em favor de um olhar frio e científico.

As mudanças que se vêm verificando do final dos anos 70 para cá parecem estar em vias de criar um novo período na história e vivência do património.

Estamos de acordo que na reabilitação de um edifício antigo, é im procedente a escolha de uma época determinada para encontrar uma coerência no desenho. Afirmamos que a única posição positiva é re ler nele o fluir da história e, aceitando sobreposições ou aposições estilísticas ou de linguagem, usar de todos os meios para o explicitar. Esta é a marca mais importante da nossa contemporaneidade.

Mas esta posição não tem sido consensual entre os projectistas e aqui se demarcam as posições possíveis. De facto muitos trabalhos de reutilização de edifícios, no seu afã de afirmação da nossa época, neutralizam a pré-existência tomada como pano de fundo, lugar estabilizado e intocável e, separando-se dela, abandonando-a como paisagem de fundo, explicitam a intervenção nova. Normalmente este tipo de intervenções são ostensivas na explicitação, tantas vezes retórica, da circunstância contemporânea. Esta posição, só explicável por reacção primária ao estatismo dos Monumentos Nacionais, respeitadora, embora, do passado que não lhe interessa interpretar, impõe a sua marca, estabilizando para sempre a vida do edifício ou do conjunto.

A posição que defendemos, mais trabalhosa do ponto de vista da necessária investigação histórica, explicitando fases de desenvolvimento, dando-lhes, sem moralismo, uma nova dignidade, considera a intervenção actual, apenas mais uma e intervém com regras claras que resultam da interpretação da história incluindo a contemporânea. São normalmente intervenções menos ostensivas, nunca servem objectivos puramente pessoais de afirmação ou composição de curricula dos seus autores. Trabalhando e moldando a pré-existência, usando-a como matéria de projecto é, ao contrário das aparências, a única posição activa. Tão activa e obri-

gatoriamente culta que, descomplexadamente, pode actuar também restaurando, como se restaura uma tela rasgada ou uma porcelana quebrada.

Assim, usando o real, que contém o seu passado e o futuro desejado, como matéria de projecto, a regra cada um a deverá encontrar a partir do existente, caso a caso, com rigor e imaginação e legível em cada obra única e insubstituível.

3. DIREITO AO MONUMENTO

Consideramos, no entanto, a necessidade de preservar a capacidade evocativa do Monumento e combater a sua banalização. O monumento pode, e muitas vezes deve, ser funcionalmente oco. Não é necessário reutilizar todos os monumentos para os manter. O Estado deve pagar a sua manutenção, como espaço colectivo de silêncio, de relação física com a memória, de leitura do passado e do fluir da história, de fruição estética.

Na tentativa de apelar a uma cultura generalizada da imagem, da forma e do presente mediático, de integrar o turismo de massas ou o turismo cultural e de responder a preocupações patrimoniais das classes médias, está a desenvolver-se a noção de que o património tem que estar vivo, quando na sua própria essência está afinal a morte, não a vida.

Algumas operações e ideias ligadas à vivificação do património são indicativas de que pode estar em vias de se implantar um novo conceito de património. Refiram-se particularmente as ideias de parque temático e de espectáculo histórico, bem como a didatização imparável de edifícios, conjuntos ou objectos, para não falar do parafrenal *kitch* da reprodução oficial de objectos históricos. Trata-se, aparentemente, de tornar mais próximo e mais vivo o património.

De facto as questões da rentabilização e da reconversão sistemática de funções recolocam todas as hipóteses. Levantam o problema das dificuldades de manutenção e, portanto, relançam a questão da diferença entre edifício/conjunto histórico vulgar (que se permite continue a integrar-se na vida do dia a dia) e monumental (a manter tal e qual, oco). Repõe na mesa a hipótese da reconstrução. De facto, nestes últimos anos do século XX, acompanhando a chegada à Europa da Disneylandia, presságio ou sintoma de um novo gosto, a restauração-restituição-recriação conhece um desenvolvimento que lembra os melhores tempos de Viollet-le-Duc.

É cedo para saber como evoluirá esta preocupante tendência, mas ela é muito significativa das mudanças culturais a que estamos a assistir.

De momento apenas desejamos que o Convento de Cristo reste em silêncio, o que passa, também, por evitar a ruína do chamado Claustro de D. João III.

4. CONCLUSÃO PROVISÓRIA EM TOM DE MANIFESTO, UTILIZANDO PARCIALMENTE PALAVRAS DE ÁLVARO SIZA

Construir a nova arquitectura significa retomar uma linguagem lenta e apaixonadamente transfigurada, por empenhamento num processo contínuo, decompondo, cruzando, rompendo, corrompendo, com um pé no consciente e outro no inconsciente.

Nos edifícios, nas cidades ou no território sempre humanizado, a arquitectura dos próximos anos será marcada pela prática da recuperação.

Recuperação e criação serão complemento e não “especialidades” passíveis de tratamentos autónomos.

Na perspectiva, historicamente comprovável, da constante interpenetração de linguagens, não haverá lugar para polemizar em torno a conceitos como internacional/regional, moderno/tradicional, popular/erudito.

Reconhecer-se-á que não se inventa uma linguagem. Reconhecer-se-á que a linguagem se transforma, para se adaptar à realidade e para lhe dar forma.

Tudo será reconhecido como parte integrante do Espaço, entendido como património colectivo e nessa condição objecto de mudança e de continuidade.

Os instrumentos de reconhecimento do real chamam-se História, a Arte de Construir a sua transformação chama-se Arquitectura. Uma e outra fazem-se reciprocamente. Uma sem a outra chama-se “fracasso da arquitectura moderna”.

Outubro de 1996.